

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

**RESOLUÇÃO Nº 362 DE 19
DE DEZEMBRO DE 2023.**

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE CIDADANIA
ARARUAMENSE AO SR.
ALEXANDRE ISQUIERDO
MOREIRA.**

(Projeto de Resolução nº188, de autoria do Vereador Thiago Moura Salim).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título de Cidadania Araruamense ao Senhor **ALEXANDRE ISQUIERDO MOREIRA.**

Art. 2º. A entrega do Título de Cidadania Araruamense, acompanhando do Diploma confirmatório de outorga, deferido por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em data previamente fixada pelo Exmo. Sr. Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 363 DE 19
DE DEZEMBRO DE 2023.**

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DESTAQUE DA
ENFERMAGEM A SRª
NEILDA GOMES
COUTINHO.**

(Projeto de Resolução nº189, de autoria do Vereador João Carlos de Deus).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Senhor Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título Destaque da Enfermagem a Senhora **NEILDA GOMES COUTINHO.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da

outorga deferida por esta Resolução processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em data previamente fixada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Legislativo Municipal.

Art.3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 364 DE 19
DE DEZEMBRO DE 2023.**

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE CIDADANIA
ARARUAMENSE À SRª
MARIA ANGELICA FERRAZ
DA SILVA.**

(Projeto de Resolução nº 190, de autoria do Vereador Thiago Silva Pinheiro).

A Câmara Municipal de Araruama aprova Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

e- D.O. Câmara Municipal de Araruama

2

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

Art. 1º. É conferido o Título de Cidadania Araruamense a Senhora **MARIA ANGELICA FERRAZ DA SILVA.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em data previamente fixada pelo Exmo. Senhor Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução que entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 365 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: CONFERE TÍTULO DE CIDADANIA ARARUAMENSE A SENHORA ANA JULIA FERREIRA DOS SANTOS.

(Projeto de Resolução nº191, de autoria do

Vereador Diego Fernandes da Silva).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Senhor Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título de Cidadania Araruamense a Senhora **ANA JULIA FERREIRA DOS SANTOS.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em data previamente fixada pelo Exmo. Senhor Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, 19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 366 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: CONFERE TÍTULO DE TRABALHADOR MODELO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA A SENHORA JOSIANE LEITE DE SOUSA.

(Projeto de Resolução nº 192, de autoria do Vereador Thiago Moura Salim).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título de Trabalhador Modelo a Senhora **JOSIANE LEITE DE SOUSA.**

Art. 2º. A entrega do Título de Trabalhador Modelo do Município de Araruama, acompanhado do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em data previamente fixada pelo Exmo. Sr. Presidente do Legislativo **Municipal.**

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

revogando-se as
disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 367 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE MULHER
CIDADÃ A SRª CLAUDIA
DA SILVA THEODORO
COUTINHO.**

(Projeto de Resolução
nº196, de autoria do
Vereador José Magno
Martins).

A Câmara Municipal de
Araruama aprova e o
Exmo. Sr. Presidente
promulga a seguinte
Resolução:

Art. 1º. É conferido Título
de Mulher Cidadã à
senhora **CLAUDIA DA
SILVA THEODORO
COUTINHO.**

Art. 2º. A entrega do
Diploma confirmatório da
outorga deferida por esta
Resolução, processar-se-á

em Sessão Solene da
Câmara Municipal de
Araruama em
comemoração ao Dia
Internacional da Mulher
em data previamente
fixada pelo Exmo. senhor
Presidente do Legislativo
Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução
entrará em vigor na data
de sua publicação,
revogando-se as
disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, 19
de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 368 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE
TRABALHADOR MODELO
AO ILMO. SR. JOSÉ DE
MELO ORTEGA FILHO.**

(Projeto de Resolução
nº197, de autoria do
Vereador Armando Polati).

A Câmara Municipal de
Araruama aprova e o
Exmo. Senhor Presidente
promulga a seguinte
Resolução:

Art. 1º. Fica conferido
Título de Trabalhador
Modelo ao Ilmo. senhor
**JOSÉ DE MELO ORTEGA
FILHO.**

Art. 2º. A entrega do
Diploma confirmatório da
outorga deferida por esta
Resolução, processar-se-á
em Sessão Solene em
comemoração ao Dia do
Trabalho na Câmara
Municipal de Araruama
em data previamente
fixada pelo Exmo. senhor
Presidente.

Art. 3º. Esta Resolução
entrará em vigor a partir
da data de sua publicação,
revogando-se as
disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 369 DE 19 DEZEMBRO DE 2023.

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE PROFISSIONAL
DESTAQUE EM
ENFERMAGEM A ILMA.**

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

**SRª CRISTIANE
NASCIMENTO DE
OLIVEIRA.**

(Projeto de Resolução nº 198, de autoria do Vereador Eloi Pereira Ramalho).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica conferido Título de Profissional Destaque da Enfermagem a Ilma. senhora **CRISTIANE NASCIMENTO DE OLIVEIRA.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório deferido por esta Resolução processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama em data previamente fixada pelo Exmo. Sr. Presidente.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 370 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EMENTA: CONCEDE
MEDALHA MARIA ROSA A
SRª ADELIR DE SOUSA
NASCIMENTO.**

(Projeto de Resolução nº200, de autoria do Vereador Walmir de Oliveira Belchior).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É concedido Medalha Maria Rosa a Senhora **ADELIR DE SOUSA NASCIMENTO.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama em data previamente fixada pelo Sr. Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 371 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE DESTAQUE DA
ENFERMAGEM A SRª
DANIELLA BATISTA
PEREIRA.**

(Projeto de Resolução nº201, de autoria do Vereador Arídio Martins Vieira Filho).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Confere Título de Destaque da Enfermagem a senhora **DANIELLA BATISTA PEREIRA.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

outorga deferida por esta Resolução processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em Comemoração ao Dia da Enfermagem, em data previamente ficada pelo Exmo. Senhor Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 372 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: CONFERE TÍTULO DE MULHER CIDADÃ A SENHORA ANA LUCIA FERNANDES MACIEL.

(Projeto de Resolução nº202, de autoria do Vereador Walmir de Oliveira Belchior).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o

Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título de Mulher Cidadã a senhora **ANA LUCIA FERNANDES MACIEL.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório de outorga deferida por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama em data previamente fixada pelo Sr. Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 373 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: CONFERE TÍTULO DE CIDADANIA ARARUAMENSE AO

SENHOR MARCELO ALVES DA SILVA.

(Projeto de Resolução nº 203, de autoria do Vereador Walmir de Oliveira Belchior).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título de Cidadania Araruamense ao Senhor **MARCELO ALVES DA SILVA.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama, em data previamente fixada pelo Exmo. Senhor Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

e- D.O. Câmara Municipal de Araruama

6

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense
Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 374 DE 19
DE DEZEMBRO DE 2023.**

**EMENTA: CONFERE
TÍTULO DE MULHER
CIDADÃ A SENHORA
ELIFELETE FRANCISCA
AMANCIO TORRES.**

(Projeto de Resolução nº205, de autoria do Vereador João Carlos de Deus).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É conferido Título de Mulher Cidadã a senhora **ELIFELETE FRANCISCA AMANCIO TORRES.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama em data previamente fixada pelo Sr. Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 375 DE 19
DE DEZEMBRO DE 2023.**

**EMENTA: CONCEDE
"MEDALHA DE HONRA
AO MÉRITO
DESPORTIVO AO
SENHOR LUCAS DE
SOUZA BERMUDEZ
LORETTO.**

(Projeto de Resolução nº 206, de autoria do Vereador Walmir de Oliveira Belchior).

A Câmara Municipal de Araruama, aprova e o Exmo. Senhor Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Concede Medalha de Honra ao Mérito Desportivo ao senhor

**LUCAS DE SOUZA
BERMUDEZ LORETTO.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama em data previamente fixada pelo Exmo. senhor Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 376 DE 19
DE DEZEMBRO DE 2023.**

**EMENTA: CONCEDE
MEDALHA MARIA ROSA A**

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

SRª MARLI DOS SANTOS PERES.

(Projeto de Resolução nº207, de minha autoria).

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Senhor Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. É concedido Medalha Maria Rosa a Senhora **MARLI DOS SANTOS PERES.**

Art. 2º. A entrega do Diploma confirmatório da outorga deferida por esta Resolução, processar-se-á em Sessão Solene da Câmara Municipal de Araruama em data previamente fixada pelo Sr. Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente,
19 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 377 DE
21 DE DEZEMBRO DE
2023.**

EMENTA: DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA.

(Projeto de Resolução nº 194, de autoria da Mesa Diretora).

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA, no uso de suas atribuições dispostas no Art.: 52, II da Lei Orgânica do Município de Araruama e Art.: 140 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araruama;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES
PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Resolução dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Câmara Municipal de Araruama.

Art. 2º. O Sistema de Dispensa Eletrônica constitui ferramenta informatizada para a realização dos procedimentos de contratação direta de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia que se enquadrarem nas hipóteses do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. A contratação no Sistema de Dispensa Eletrônica será operacionalizada pelo sistema disponível no portal de compras públicas - <https://www.portaldecoprpraspublicas.com.br/>, ou outro que esteja integrado a Plataforma + Brasil, nos termos do Decreto Federal nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, bem como o

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

Portal Nacional de
Compras Públicas (PNCP).

termos do § 6º do art. 82
da Lei nº 14.133, de 2021.

**75 da Lei nº 14.133, de
2021.**

Art. 3º. A Câmara
Municipal de Araruama
poderá adotar a dispensa
de licitação, na forma
eletrônica, nas seguintes
hipóteses:

I - contratação de obras e
serviços de engenharia ou
de serviços de
manutenção de veículos
automotores, no limite
previsto no inciso I do
caput do art. 75 da Lei nº
14.133, de 1º de abril de
2021;

II - contratação de
bens e serviços, no limite
previsto no inciso II do
caput do art. 75 da Lei nº
14.133, de 2021;

III - contratação de obras,
bens e serviços, incluídos
os serviços de engenharia,
nos termos, no que
couber, dos incisos III e
seguintes do caput do art.
75 da Lei nº 14.133, de
2021;

IV - registro de preços para
a contratação de bens e
serviços por mais de um
órgão ou entidade, nos

§1º. Para fins de aferição,
no caso concreto, se o
valor da pretendida
contratação está dentro
dos limites referidos nos
incisos I e II do caput deste
artigo, deverão ser
observados,
cumulativamente:

I - o somatório
despendido, no exercício
financeiro, pela respectiva
unidade gestora;

II - o somatório da
despesa realizada com
objetos de mesma
natureza, entendidos
como tais aqueles
relativos a contratações
no mesmo ramo de
atividade.

§ 2º. O disposto no §1º
deste Artigo **não se aplica
contratações de até R\$
8.000,00 (oito mil reais)
referentes a serviços de
manutenção de veículos
automotores de
propriedade do Município
ou da entidade municipal
contratante, incluído o
fornecimento de peças,
nos termos do 7º do Art.**

§ 3º. Quando do
enquadramento de bens,
serviços ou obras nas
hipóteses previstas nos
incisos do caput deste
artigo, a autoridade
competente pela
autorização da dispensa
deve observar as normas
legais e regulamentares,
sob pena de
responsabilização, nos
termos do art. 73 da Lei nº
14.133, de 2021, e do art.
337-E do Decreto-Lei nº
2.848, de 7 de dezembro
de 1940 (Código Penal).

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 4º. O procedimento
de dispensa de licitação,
na forma eletrônica,
previsto na Lei nº 14.133,
de 2021, será instruído
com os seguintes
documentos, no mínimo:

I - documento de
formalização de demanda;

II - estudo técnico
preliminar, se for o caso;

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

III - análise de riscos, se for o caso;

IV - termo de referência ou projeto básico;

V - projeto executivo, quando couber;

VI - estimativa de despesa;

VII - parecer jurídico e, se for o caso, pareceres técnicos, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos em lei para a contratação direta;

VIII - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

IX - justificativa de preço, sendo que, nos casos de serviços e obras de engenharia, e de serviços técnicos especializados, deverá constar do procedimento, ainda, o Ateste de Preços;

X - justificativa da metodologia utilizada para conclusão da pesquisa de mercado;

XI - autorização da autoridade competente.

§ 1º. Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 3º desta Resolução, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso VIII do *caput* deste artigo, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento congênere.

§ 2º. A instrução do procedimento de dispensa poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

§ 3º. As contratações por dispensa, na forma eletrônica, previstas nesta resolução serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto, os critérios de escolha,

forma de pagamento e demais informações pertinentes, inclusive manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º. O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§ 5º. O Departamento de Coordenação Geral deverá informar o interesse, de forma clara, ao Agente de Contratação, para que esta possa inserir no sistema as seguintes informações, com vistas a realização do procedimento de contratação:

I- Laudo técnico informando a necessidade do serviço e especificação das peças/equipa

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

- mentos
necessários,
II- detalhamento
das peças
necessárias
ao serviço nos
orçamentos.

Art. 5º. O Departamento de Coordenação Geral deverá informar o interesse, de forma clara, ao Agente de Contratação, para que esta possa inserir no sistema as seguintes informações, com vistas à realização do procedimento de contratação:

I - a especificação do objeto a ser contratado;

II - as quantidades e, no caso de objeto divisível em mais de um item, o preço estimado de cada item, para os fins do disposto no inciso VI do art. 5º desta Instrução Normativa, observada a respectiva unidade de fornecimento;

III- o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;

IV - forma de pagamento;

V - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

VI - a observância, no que couber, das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VII - as condições da contratação e as sanções cabíveis em caso de inexecução total ou parcial do ajuste.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 4º desta Resolução, o prazo fixado para abertura do procedimento e do envio de lances de que trata o Capítulo III desta norma não será inferior a 4 (quatro) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.

Art. 6º. O Aviso do procedimento para contratação direta, na forma eletrônica, será divulgado no Portal

Nacional de Compras Públicas (PNCP) e, concomitantemente, no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Araruama.

Art. 7º. O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será divulgado no sistema escolhido para operacionalização da contratação direta, o qual deverá encaminhar, automaticamente, por mensagem eletrônica, aviso ou comunicado aos fornecedores registrados, do ramo da atividade correspondente ao objeto da contratação.

Art. 8º. No Aviso de Contratação Direta, na forma eletrônica, deve constar qual o sistema em que será operacionalizado o procedimento.

Art. 9º. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento, se for o caso, na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art.

93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.: 7º a Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 10. Quando do cadastramento da proposta, na forma do art. 9º, o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo, devendo, nesse caso, obedecer às seguintes regras, cumulativamente:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

§ 1º. O valor final mínimo de que trata o caput deste artigo poderá ser alterado

pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

§ 2º. O valor mínimo parametrizado na forma do caput deste artigo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Art. 11. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema de processamento da contratação direta, sendo apenas aquele o responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão com este, não recaiando qualquer responsabilidade a Câmara Municipal de Araruama nesse particular.

CAPÍTULO III

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DO ENVIO DE LANCES

Art. 12. A partir da data e horário estabelecidos no Aviso de que trata o art. 7º desta Resolução, o procedimento de contratação direta será automaticamente aberto pelo sistema, para o envio, pelos fornecedores, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de lances públicos e sucessivos, por período nunca inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas.

Parágrafo único. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

Art. 13. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de

valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 1º. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

§ 2º. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Art. 14. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Art. 15. O fornecedor será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO E DA HABILITAÇÃO

Art. 16. Encerrado o procedimento de envio de lances, nos termos do art. 14, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, o Agente de Contratação, poderá solicitar subsídios ao Departamento requisitante, que é responsável por atestar a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Art. 17. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

condições mais vantajosas.

§ 1º. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

§ 2º. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 18. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido

para a contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 17.

Art. 19. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade deverá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados ao último lance ofertado pelo vencedor.

Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Art. 20. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º. A verificação dos documentos de que trata o *caput* poderá ser

realizada nos Sistemas de Cadastro geral de licitantes da Câmara Municipal de Araruama e do Sistema em que for executado o procedimento ou outros sistemas disponíveis no mercado, como o Portal de Compras Públicas, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 2º. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no §1º, ou de documentos não constantes no sistema de cadastro geral de licitantes do Município ou do sistema de registro cadastral próprio da plataforma de desenvolvimento do certame, o Agente de Contratação deverá solicitar ao vencedor, o envio desses por meio do sistema.

Art. 21. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 21, o

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

fornecedor será
habilitado.

Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

CAPITULO V DO PROCEDIMENTO FRACASSADO OU DESERTO

Art. 22. O fornecedor estará sujeito as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

CAPITULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o

envio de lances observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

Art. 24. É obrigatório que, dentre outros documentos instrutores do procedimento de contratação direta, do Termo de Referência, elaborado pelo Departamento requisitante, constem as disposições contidas nos Capítulos III, IV e VI desta Resolução.

Art. 25. Os Agentes de Contratação e os servidores da equipe de apoio responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os Agentes de Contratação e os servidores da equipe de apoio e, no geral, os setores envolvidos no procedimento de

contratação direta deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata esta Resolução, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 26. O fornecedor é o único responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Art. 27. As contratações de que tratam os incisos I e II do Art. 75 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Art. 28. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidos, no caso concreto, pelo Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Araruama.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Não se aplica esta Resolução aos procedimentos administrativos autuados ou registrados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.

Gabinete do Presidente,
21 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 378 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EMENTA: DISPÕE SOBRE
O ESTUDO TÉCNICO
PRELIMINAR DIGITAL E O
ESTUDO TÉCNICO
PRELIMINAR
SIMPLIFICADO, NO
ÂMBITO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE
ARARUAMA.**

(Projeto de Resolução nº 195, de autoria da Mesa Diretora).

**A CÂMARA MUNICIPAL
DE ARARUAMA**, no uso de suas atribuições dispostas no Art.: 52, II da Lei Orgânica do Município de Araruama e Art.: 140 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araruama;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente o disposto no Art.: 18, §§ 1º e 2º,

**RESOLVE:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES
PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Resolução dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar Digital (ETP – Digital) e Estudo Técnico Preliminar Simplificado (ETP Simplificado), no âmbito da Câmara Municipal de Araruama.

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

II - Sistema ETP Digital: ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização,

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para elaboração dos ETP;

III - contratações correlatas: aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si;

IV - contratações interdependentes: aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração;

V - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

VI - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

VII - equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 1º. Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso VI do caput.

§ 2º. A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

SISTEMA ETP DIGITAL

Art. 3º. Os ETP deverão ser elaborados no Sistema ETP Digital, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, para acesso ao sistema e operacionalização.

§ 1º. Em caso de não utilização do Sistema ETP Digital, a elaboração do ETP deverá ocorrer em ferramenta informatizada própria.

§ 2º. O Sistema ETP Digital disporá de indicadores de performance, salientando-se os estudos cujas contratações culminaram nas maiores avaliações do desempenho do contratado, nos termos do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPITULO II

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

Art. 4º. A Câmara Municipal de Araruama poderá aderir ao termo de acesso para uso do Sistema ETP digital, conforme disposto na Portaria nº 355, de 9 de agosto de 2019.

Parágrafo Único. Na elaboração do ETP, o servidor designado deverá pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outros órgãos, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.

CAPÍTULO II DO ETP SIMPLIFICADO

Art. 4º. Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação em que não seja necessário evidenciar a melhor solução, por se tratar de solução única para a contratação requerida, poderá ser feito o ETP Simplificado, constando, apenas, as seguintes informações:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido

sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

IV - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

V - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à

manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VI - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

VII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

VIII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

IX - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Art. 5º. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidos, no caso concreto, pelo Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Araruama.

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama - RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente,
21 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 379 DE
21 DE DEZEMBRO DE
2023.**

EMENTA: DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE FÉRIAS POR NECESSIDADE DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Projeto de Resolução nº 208, de autoria da Mesa Diretora).

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA, no uso das atribuições conferidas pelo §7º, do art. 142 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 12, de 05 de dezembro de 1990),

CONSIDERANDO o disposto no art. 105 da Lei n.º 548 de 8 de julho de 1985, Estatuto dos

Funcionários Públicos Municipais de Araruama, que proíbe a acumulação de férias salvo imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 2 (dois) períodos.

CONSIDERANDO que a conversão em pecúnia de férias não gozadas caracteriza reparação de direito não usufruído pelo servidor, e que é vedado o enriquecimento sem causa da Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. É vedado ao servidor o acúmulo de mais de dois períodos consecutivos de férias não gozadas, ainda que por necessidade de serviço.

§ 1º. Os períodos de férias acumulados até a data de publicação desta Resolução ficam reconhecidos como não gozados por imperiosa necessidade de serviço, passíveis de conversão em pecúnia, com caráter indenizatório, na medida da disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º. A conversão em pecúnia de férias de que trata o § 1º deste artigo obedecerá aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração e só se aplicará nas hipóteses de imperiosa necessidade de serviço declarada pelo Presidente da Câmara Municipal de Araruama atendidos os seguintes critérios alternativamente:

I – ser o servidor o único do Departamento com habilitação profissional específica;

II – necessidade do servidor como único para cumprir prazos, assinar pareceres ou prestar informações perante outros Órgãos;

Art. 2º. Em qualquer hipótese, as férias, convertidas em pecúnia ou não, são devidas com o adicional de 1/3, nos termos dos artigos 7º, XVII, e 39, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente,
21 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz Siqueira
Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 380 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: ALTERA O ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 277 DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

(Projeto de Resolução nº 209, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal de Araruama).

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA, no uso de suas atribuições dispostas no Art. 52, II da Lei Orgânica do Município de Araruama e Art. 140 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araruama;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor

adequar a entrega da Medalha Sansão;

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 9º da Resolução 277 de 27 outubro de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. A entrega da MEDALHA SANSÃO ocorrerá em Sessão realizada pela Câmara Municipal de Araruama a ser previamente designada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente,
21 de dezembro de 2023.

Nelson Luiz S. Barbosa
Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 381 DE 21 DE DEZEMBRO 2023.

EMENTA: ALTERA A RESOLUÇÃO Nº. 12 DE 1990 - REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA

MUNICIPAL DE ARARUAMA.

(Projeto de Resolução nº 210, de autoria da Mesa Diretora)

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 145, § 5º da Resolução nº. 12, de 05 de dezembro de 1990 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Araruama;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da Resolução nº. 12 de 1990 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Araruama.

RESOLVE:

Art. 1º. A Resolução nº. 12 de 1990 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Araruama, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 31 - As Comissões Permanentes serão compostas de 3 (três) membros cada uma, que são as seguintes:

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

I – Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

II – Comissão de Permanente de Orçamento e Finanças;

III – Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos;

IV – Comissão Permanente de Educação, Cultura e Juventude;

V – Comissão Permanente de Segurança e Ordem Pública;

VI – Comissão Permanente de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos.

VII – Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso;

VIII – Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher;

IX – Comissão Permanente de Proteção e Defesa dos Animais;

X – Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social;

XI – Comissão Permanente de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento e Pesca;

XII – Comissão Permanente de Turismo, Esporte e Lazer e Desenvolvimento Econômico;

XIII – Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

XIV – Comissão Permanente de Direito e Liberdade Religiosa.

XV – Comissão Permanente de Promoção da Igualdade Racial.”

“Art. 32. As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Araruama terão as seguintes atribuições:

§ 1º. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

I - Manifestar-se sobre todos os assuntos entregues a sua apreciação, quanto ao seu aspecto Constitucional, Legal ou Jurídico,

gramatical e lógico devendo ser observados os seguintes procedimentos:

a) É obrigatória a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação sobre os projetos que tramitem pela Câmara, ressalvados os que, explicitamente, tiverem outro destino por este Regimento.

b) Concluindo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, será o parecer submetido ao Plenário para discussão e votação e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá o projeto sua tramitação com a redação original.

c) Deverá ser elaborado a redação final de todos os assuntos sobre os quais já tenha havido manifestação do Plenário.

II – Compete, ainda, a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito das seguintes proposições:

a) a organização administrativa municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

b) contratos, convênios e consórcios;

c) Projetos de Lei, Projetos de Resolução e Projetos de Lei Complementar;

d) Licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.

§ 2º. Compete à Comissão de Orçamento e Finanças:

I - Apreciar a projetos de lei relativos ao ciclo orçamentário, constituído pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Examinar a prestação de contas do Prefeito e da Câmara, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, ou órgão estadual a que for atribuída esta incumbência, concluído por Projeto de Resolução (art. 32 - VIII combinado com o art. 58 e seus §§, L.O.M.);

III – Analisar proposições referentes à matéria tributária, à abertura de créditos suplementares e

especiais, operações de crédito, auxílios e subvenções, de conformidade com o disposto no artigo 31, Incisos I, II, III e IV da Lei Orgânica Municipal;

IV – Dispor sobre proposições que fixem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores, bem como as respectivas verbas de representação, nos termos do que preceitua o artigo 32 – XXIII, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º e XXIV, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Orgânica Municipal;

V - Zelar para que, em nenhuma Lei emanada da Câmara ou em qualquer de suas resoluções, sejam criados ônus ao erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução, na forma da Lei 4.320/64;

VI – Elaborar, obrigatoriamente, parecer sobre as matérias enumeradas nos incisos antecedentes sem o qual, não poderão as mesmas serem submetidas à discussão e votação do

Plenário na forma do inciso I do § 1º do artigo 27 deste Regimento.

§ 3º. Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos:

I - Manifestar-se sobre todos os assuntos relativos a obras públicas e concessões para exploração de serviços públicos, compreendendo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas e ainda, atividades que dizem respeito ao transporte, sujeitas à deliberação da Câmara;

II - Fiscalizar a execução dos planos de obras do Governo e atividades do Município na implantação, modificação, planejamento e execução dos serviços na área de Obras;

III – Emitir parecer sobre matéria que diga respeito ao controle do uso do solo urbano, sistema viário, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município.

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

§ 4º. Compete à Comissão Permanente de Educação, Cultura e Juventude:

I – Exarar parecer sobre matéria atinente à educação em geral;

II - Manifestar-se sobre todos os assuntos pertinentes ao desenvolvimento da cultura, em todos seus aspectos, incluindo o patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico, e científico, diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III – Fiscalizar a execução de Projetos que visem o desenvolvimento da Educação e Cultura;

IV – Elaborar, em estreita articulação com órgãos representativos da comunidade, projetos que representem a concretização de ações que fomentem a viabilização da Educação e da Cultura;

V - Opinar sobre assuntos referentes a Educação e Cultura, sistema e

legislação pertinentes e, ainda, receber e investigar denúncias sobre matéria de sua competência e trabalhar em colaboração com entidades e associações;

VI – Apreciar matérias nas áreas de Educação, Cultura e Juventude.

§ 5º. Compete à Comissão Permanente de Segurança e Ordem Pública:

I – Manifestar-se sobre todos os assuntos relativos a segurança e ordem pública assim como emitir parecer sobre os projetos de Lei referente a este tema;

II – Fiscalizar a execução de Projetos que visem o desenvolvimento da segurança e ordem pública;

III - Elaborar, em estreita articulação com órgãos representativos da comunidade, projetos que representem a concretização de ações que fomentem a viabilização da segurança e ordem pública;

IV – Opinar sobre assuntos referentes a segurança e ordem pública e, ainda, receber e investigar denúncias sobre matéria de sua competência e trabalhar em colaboração com entidades e associações.

§ 6º. Compete à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos:

I - Manifestar-se sobre todos os assuntos relativos a Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos.

II – Emitir parecer sobre os Projetos de Lei relativos a Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos;

III - Receber, avaliar e proceder a investigação de denúncias relativas às ameaças ou violações de direitos humanos;

IV- Fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;

V - Colaborar com entidades não-

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

governamentais que atuem na defesa dos direitos humanos.

§ 7º. Compete à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I – Manifestar-se sobre todos os assuntos relativos aos direitos e interesses da criança, do adolescente e do idoso;

II – Emitir parecer sobre os Projetos de Lei de Interesse da Criança, do Adolescente e do Idoso;

III - Receber, avaliar e proceder investigações de denúncias de violação de direitos da criança e do adolescente e encaminhá-las às autoridades para as devidas providências.

§ 8º. Compete à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher:

I – Manifestar-se sobre todos os assuntos relativos aos direitos e defesa da Mulher;

II – Emitir parecer sobre os Projetos de Lei de interesse da mulher;

III- Receber, avaliar e proceder a investigação de denúncias relativas às ameaças ou violações dos direitos da mulher;

IV- Fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos da mulher;

V - Colaborar com entidades não-governamentais que atuem na defesa dos direitos da mulher.

§ 9º. Compete à Comissão Permanente de Proteção e Defesa dos Animais:

I – Manifestar-se sobre todos os assuntos relativos aos direitos e interesses da Proteção e Defesa dos Animais;

II – Emitir parecer sobre os projetos de leis de interesses da Proteção e Defesa dos Animais;

III – Orientar a sociedade quanto aos direitos e deveres para com os

animais e sua importante participação nos resultados;

IV – Fiscalizar e divulgar a existência dos direitos animais e da responsabilidade estatal e da existência de legislação pertinente;

V – Buscar informações sobre o tema com demais entidades semelhantes, e sobre seus resultados e projetos;

VI – Manter constante estudo para desenvolver a temática incentivando a produção intelectual do assunto;

VII - Promover palestras e demais eventos que venham a incentivar e divulgar os direitos dos animais, buscando maior conscientização social;

VIII – Elaborar projetos de lei que resguardem e ampliam os direitos dos animais;

IX – Promover e defender os direitos dos animais;

X – Participar de eventos pertinentes aos direitos

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

dos animais promovidos por outras instituições.

§ 10. Compete à Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social:

I – Fiscalizar atividades do Município na implantação, modificação, planejamento e execução de programas na área de Saúde e Assistência Social;

II – Examinar e emitir parecer sobre proposições de sua competência;

III - Exarar parecer sobre bem estar social, higiene e profilaxia sanitária, assistência sanitária, alimentação e nutrição.

§ 11. Compete à Comissão Permanente de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento e Pesca dispor sobre:

I - Política de assistência à produção, diversificação e defesa agropecuária;

II - Cooperativismo, associativismo e sindicalismo, armazenamento,

comercialização e abastecimento;

III - Política municipal de agricultura;

IV - Política municipal de aquicultura e pesca;

V - Política municipal de abastecimento.

§ 12. Compete à Comissão Permanente de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Esporte e Lazer dispor sobre:

I- As matérias atinentes a relações econômicas municipais;

II- Política e atividade industrial, comercial, tecnológica, inovadora e empreendedora;

III- Proteção e benefícios especiais temporários, exceto os de natureza financeira e tributária;

IV- Cooperativismo e outras formas de associativismo na atividade econômica, exceto quando relacionados com matéria própria de outra Comissão;

V- Fiscalização e incentivo às atividades econômicas; diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento municipal equilibrado;

VI - Promover estudos, palestras, encontros, seminários e campanhas educativas e de valorização do esporte;

VII - Acompanhar a implementação e manutenção de planos e programas municipais de esportes;

VIII - Verificar o desenvolvimento de ações referentes ao turismo no Município.

§ 13. Compete à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – O acompanhamento e apoio das políticas e ações de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

II – A articulação de parcerias entre o Poder Legislativo e o Executivo e sociedade civil para a promoção de ações em

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

III – A promoção de programas que tenham como objetivo a conscientização pública através de campanhas e iniciativas de formação sobre os direitos da pessoa com deficiência;

IV – A fiscalização e acompanhamento dos programas e projetos governamentais relativos ao respeito e garantia dos direitos da pessoa com deficiência;

V – A promoção e divulgação de programas e ações que garantam a pessoa com deficiência o acesso a todos os sistemas e serviços regulares.

§ 14. Compete à Comissão Permanente de Direito e Liberdade Religiosa:

I - Exarar parecer sobre proposições que tratam sobre liberdade de crença e/ou religião;

II – Dispor sobre projetos relativos ao combate a intolerância religiosa;

III – Acompanhar a promoção e respeito a diversidade religiosa e do direito de não ter religião;

IV – Dispor sobre a Declaração de Utilidade Pública de entidades e demais segmentos que atuam na área de direito e liberdade religiosa.

V – Promover estudos sobre ações para o resgate e legalização dos espaços religiosos, reconhecendo sua participação no cenário político e social, combatendo a intolerância religiosa.

§ 15. Compete à Comissão Permanente de Promoção da Igualdade Racial:

I - Acompanhar as políticas transversais para a promoção da Igualdade Racial e o Combate ao Racismo;

II – Promover estudos sobre a implementação de diretrizes curriculares sobre a História da África, Cultura Afro-brasileira e Indígena, previstas na Lei Federal nº 10.639/03 e Lei Federal nº 11.645/08;

III - Promover estudos sobre o aprimoramento dos currículos e formação dos profissionais das áreas de Educação;

IV – Acompanhar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Lei nº 7126 de 11 de dezembro de 2015, bem como o Plano de Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

V – Dispor sobre os programas de fomento à produção cultural e a preservação da memória da comunidade negra, remanescentes de quilombo, povos e comunidades tradicionais, bem como outros grupos minoritários, assegurando igualdade de oportunidade e tratamento para essas propostas dentre as políticas públicas do Município.”

“Art. 38 – (...)

§ 1º - O mesmo Vereador não poderá participar de mais de 3 (três) Comissões.” (NR)

Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital:

e- D.O. Câmara Municipal de Araruama

26

Diário Oficial do Poder Legislativo Araruamense
Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE: NELSON LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANO: V

EDIÇÃO: 119º

“Art. 104 – A Câmara Municipal de Araruama estará em recesso nos seguintes períodos: (NR)

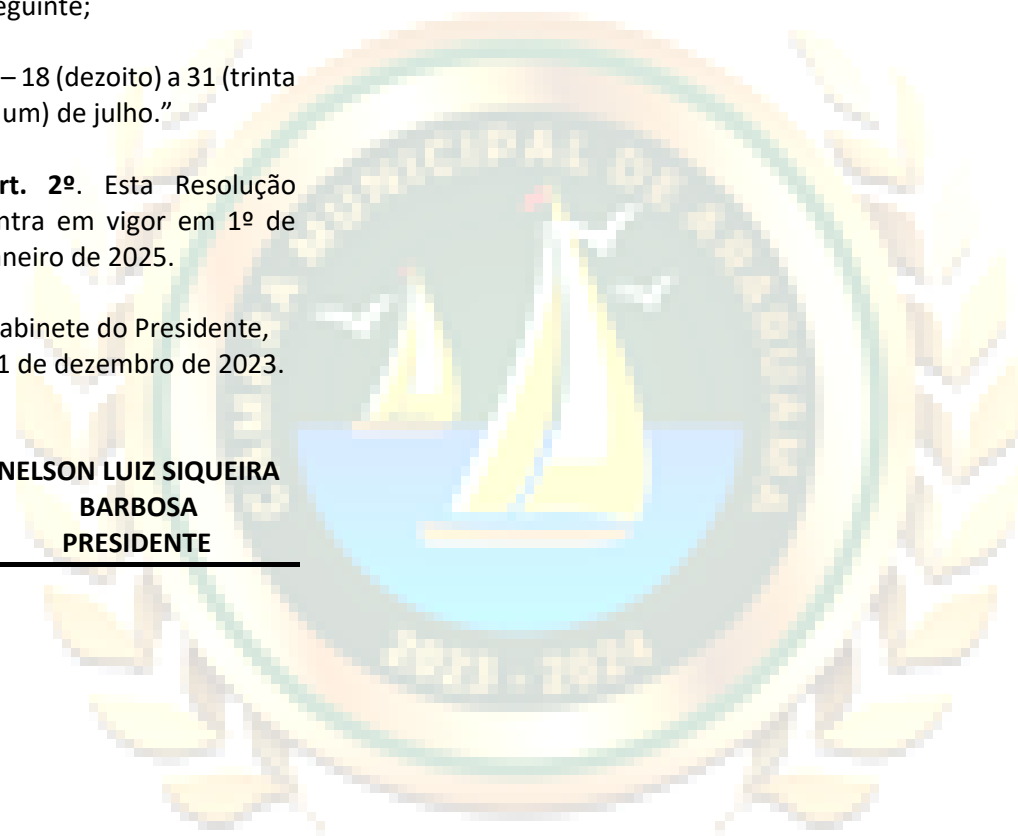
I – 23 (vinte e três) de dezembro a 1º de fevereiro do exercício seguinte;

II – 18 (dezoito) a 31 (trinta e um) de julho.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Gabinete do Presidente,
21 de dezembro de 2023.

**NELSON LUIZ SIQUEIRA
BARBOSA
PRESIDENTE**



Av. John Kennedy 120, Centro - Araruama – RJ - CEP28970-000

Tel: (22) 2665-9100

Ouvidoria: (22) 2665-9104

Assinatura Digital: